

Para dobrar é preciso distribuir

Clemente Ganz Lúcio¹

Paulo Jager²

Frederico Melo³

Introdução

Para além de apenas elevar a produtividade e a renda média, a redução das desigualdades deve ser o objetivo, em última instância, a emprestar um sentido ao nosso projeto de desenvolvimento. O crescimento sustentado e em patamares elevados do produto pode ser uma necessidade, de ordem material, ao atingimento deste objetivo, mas não o assegura mecanicamente. Do ponto de vista da estratégia para a implementação de um tal projeto, é preciso considerar, como parte integrante e orientadora do processo, a promoção da igualdade como fim, mas também como meio para a viabilização e sustentação de um processo de crescimento econômico. Distribuir melhor os ganhos da produção deve ser uma meta seja pela coesão social que tal processo pode promover, seja pela expansão da capacidade da força de trabalho num sentido lato, seja, ainda, pela ampliação e consolidação do mercado interno consumidor brasileiro, país de 200 milhões de habitantes, o que o coloca em um seletivo grupo dentre o conjunto dos países. Portanto, no caso brasileiro, crescer de forma sustentada passa, inexoravelmente, pela promoção da distribuição da renda e pela redução das desigualdades.

A sociedade brasileira encontra-se frente à oportunidade e, ao mesmo tempo, ao desafio histórico de projetar e construir seu futuro. Oportunidade, na medida em que as circunstâncias internacionais, especialmente a crise econômica e o enfraquecimento do ideário neoliberal e as circunstâncias nacionais, notadamente as descobertas das reservas de petróleo e gás na camada pré-

¹ Sociólogo, diretor técnico do DIEESE, membro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Conselho de Administração do CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

² Economista, técnico do DIEESE.

³ Economista, doutor em Demografia, técnico do DIEESE.

sal, têm permitido e até exigido um crescente debate público acerca do modelo de desenvolvimento e do projeto de futuro que se deseja erigir e da herança que se pretende deixar às futuras gerações de brasileiros. Desafio porque o projeto futuro exige construir caminhos para democratizar a participação na produção de riqueza, o que a história brasileira até hoje restringiu.

Um olhar sobre o médio e o longo prazo, impensável há alguns anos atrás, em que estávamos presos à armadilha do “curto-prazismo”, requer, entre outros esforços, um resgate da atividade de planejamento e, com ela, a discussão ainda mais essencial, sobre o papel que o Estado deve desempenhar. O mercado, por si só, mostrou-se incapaz de promover o crescimento sustentável assim como uma distribuição de renda mais equitativa.

Neste ano a Presidenta Dilma Rousseff, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, afirmou que o objetivo do nosso desenvolvimento econômico é gerar emprego e renda e que deveríamos almejar dobrar a renda média em um prazo factível. Já a FIESP apresenta o documento-proposta “Estratégia de potencial socioeconômico pleno para o Brasil”, no qual afirma o objetivo de dobrar a renda média em 15 anos. As Centrais Sindicais indicam objetivo semelhante no documento “Agenda da Classe Trabalhadora para um Projeto Nacional de Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho”. Neste artigo procuramos refletir sobre essa questão e, principalmente, sobre obstáculos e caminhos para se alcançar esse propósito. Dobrar a renda é parte essencial do projeto de desenvolvimento por nós concebido, como visão de futuro em disputa, com a intencionalidade de promover simultaneamente a sua equitativa distribuição, em condições de equilíbrio ambiental, gerando bem estar e qualidade de vida a todos. A disputa pode gerar acordos se houver sujeitos coletivos capazes de atuar em uma institucionalidade que favoreça o diálogo social capaz de pactuar objetivos, metas e compromissos com processos. Trata-se, em última instância, de acreditar e apostar na democracia como espaço de construção de transformações sociais e como dimensão em si mesma do processo de desenvolvimento.

Elevar a produtividade e distribuir os ganhos de forma continuada: desafios históricos para o Brasil

Desta forma, é certamente louvável a elaboração e discussão de propostas que visam apontar uma direção a seguir bem como metas a se atingir. É nestes termos que se está, também, diante de um desafio, o de viabilizar um processo de desenvolvimento, mas primordialmente, de conferir-lhe um sentido que permita a coesão política e social capaz de dar sustentação a tal processo.

Considerando que a meta proposta é logarmos dobrar o PIB *per capita* no intervalo aproximado de 15 anos, cabe desde já alertar que seria um equívoco encará-la como o desafio em si, alçando-a à condição de objetivo último. Nem mesmo encará-la como melhor tradução de algo maior, isto é, do passaporte para o alcance de certo grau de desenvolvimento, assumindo-se que o aumento da renda *per capita* leva ou está fortemente associado a uma melhoria das condições de vida da população em geral. O desafio é, simultaneamente, crescer e distribuir. Ou seja, elevar a renda *per capita* e reduzir fortemente a dispersão em torno da média. Isso posto, pode-se recorrer à história econômica do país, e mesmo de outros países, para se avaliar a possibilidade de êxito da proposta. Dobrar o PIB *per capita* num intervalo de quinze anos implica fazê-lo avançar à razão de 4,7% a.a. Considerando as projeções demográficas mais recentes publicadas pelo IBGE⁴, espera-se que a população brasileira cresça, neste período de 2014 a 2029, a uma taxa média geométrica anual superior a 0,6%, o que demandaria um avanço médio do PIB de aproximadamente 5,4% a.a. para o atingimento da meta de crescimento.

Não é pouca coisa, tomando-se em conta tratar-se de década e meia e não apenas de um par de anos. O Brasil, nas décadas de 1950 a 70, especialmente no período do “milagre econômico”, conseguiu incrementar a renda *per capita* em patamares elevados, como os sugeridos na atual proposta, mas em circunstâncias bastante diferentes. Para mencionar alguns aspectos, dentre os mais relevantes, o país experimentava uma forte mudança em sua estrutura econômica, através dos processos vividos de urbanização e industrialização. Ademais, no período posterior ao golpe de 1964, e que compreende o referido

⁴ IBGE, Projeções de População.

“milagre”, estavam suspensas as liberdades civis e políticas, o que, entre outras consequências, resultou no enfraquecimento, quase paralisia, da ação sindical dos trabalhadores e de sua luta por maior participação no produto social. Foi um período de crescimento econômico acelerado, mas sem democracia e com concentração da renda.

Nas duas décadas seguintes, de 1980 e 90, arejadas, no plano político, pelo processo de redemocratização, a economia brasileira viveu um longo período de alta inflação, crescente instabilidade no nível de atividade e baixo crescimento médio. Foi um período em que o PIB *per capita* teve variação próxima a zero e em que o crescimento da atividade econômica mostrou-se incapaz de absorver o aumento da PEA. Assim, embora com maior liberdade política para se organizarem, os trabalhadores e suas representações foram levados a travar, fundamentalmente, uma luta por manutenção de direitos e empregos. Foi um período de ampliação dos direitos democráticos, mas de baixo e instável crescimento econômico. O revés foi significativo, especialmente no que tange à distribuição pessoal e funcional da renda e à construção da estrutura que servisse de base ao crescimento futuro.

Nos anos 2000, principalmente no quinquênio 2004 a 2008, há uma retomada do crescimento econômico, em níveis mais expressivos, permitindo uma evolução positiva do PIB *per capita*. Foi um período de aprofundamento da experiência democrática brasileira combinada a um maior dinamismo econômico. Ainda assim, o PIB *per capita* cresceu a uma taxa média anual pouco acima de 2%, isto é, equivalente a menos da metade da taxa necessária ao alcance da meta proposta, de sua duplicação em 15 anos.

Os dados e fatos sumariamente lembrados nos parágrafos anteriores, embora sinalizem uma dificuldade, não permitem, contudo, dizer que a meta pretendida é inatingível. Assim, mesmo supondo seu alcance pleno ou quase pleno, resta a questão, central em nosso ponto de vista, sobre a razoabilidade de colocarmos tal meta como eixo para construção do sentido de um projeto de desenvolvimento. Crescer não implica distribuir, necessariamente. Nosso referencial histórico, ao contrário, exemplifica uma situação em que se deu o oposto. Observa-se, concomitantemente, em determinados períodos, a

ocorrência de um crescimento forte do PIB *per capita* e de um aumento da concentração da renda.

Tomado sob qualquer aspecto, o Brasil é um país que ostenta elevadíssimos índices de desigualdade de oportunidades e de condições, seja na apropriação da renda, seja no acesso à educação, à moradia, ao saneamento básico, à saúde, ao lazer, à cultura, à justiça, à informação etc. E ainda que tenha havido uma melhora em vários indicadores nos últimos anos, como, por exemplo, no índice de Gini da renda, há um longuíssimo caminho a ser percorrido para se conseguirem padrões equitativos aceitáveis.

Assim, remanesce a questão: como lograr promover o crescimento econômico sustentado por tão longo período de tempo?

O papel do aumento da produtividade para a sustentação de um processo de crescimento com distribuição de renda

A desigualdade existente na sociedade brasileira, em certa medida, associa-se à heterogeneidade existente na própria estrutura econômica do país. Por um lado, a desigualdade social, com seus extremos de grandes contingentes com baixos níveis de escolaridade, educação frágil e pouco preparados para o trabalho mais qualificado e estreitos segmentos bem preparados – altos níveis de escolaridade e qualidade da educação, induz uma estrutura produtiva desigual. A sociedade brasileira parece refém da armadilha de uma economia de empregos pouco produtivos e de baixos salários que se reproduz ao longo do tempo.

Por outro lado, a desigualdade social reflete a heterogeneidade produtiva. De fato, as diferenças acentuadas entre níveis de produtividade dentre unidades de produção atuam no sentido de reforçar as disparidades relacionadas ao poder de negociação, ao acesso à proteção social, às oportunidades de mobilidade ocupacional, dentre outros aspectos e, conseqüentemente, reforçar as desigualdades sociais, através da maneira pela qual as pessoas se inserem no mercado de trabalho.

Uma forma de se perceber tal heterogeneidade estrutural é por intermédio da comparação dos níveis de produtividade entre os setores de atividade econômica. Como se pode notar, a partir da Tabela 1, há uma forte diferenciação do valor agregado médio⁵ entre os diversos setores de atividade econômica.

A maior parte dos setores de atividade agrega valor, por ocupação, em patamares muito abaixo da média geral. Por sua vez, as distâncias intersetores são acentuadas, figurando vários setores com níveis de produtividade muitas vezes superiores aos demais. Além disso, poucos setores atingem níveis elevados de produtividade.

Ocorre que, por meio da mesma Tabela 1, pode-se notar que quase 80% das ocupações estão alocadas em setores com níveis de produtividade abaixo da média geral. E que os setores com produtividade correspondente a duas vezes ou mais que a média são responsáveis por menos de 4% das ocupações.

Mas a forte heterogeneidade na estrutura econômica que, provavelmente, se reproduz intrasetorialmente, manifesta-se também através das diferenças de produtividade observadas por tamanho das empresas⁶ e na sua distribuição geográfica. Uma forma indireta de observar-se a escala do desbalanceamento regional dos níveis de produtividade é através do PIB *per capita*. Como ilustra a Tabela 2, os valores estimados pelo IBGE⁷ para o ano de 2009 fazem saltar aos olhos as profundas diferenças na capacidade de agregar valor das economias regionais. E uma análise do PIB municipal concluiria que o mesmo se dá em nível intrarregional.

⁵ Embora o cálculo da produtividade do trabalho possa ser realizado utilizando-se outras variáveis (como a produção física e o número de horas trabalhadas, por exemplo), a relação valor adicionado/ocupações mostra-se mais adequada para efeitos do que se pretende apontar. Ver, por exemplo, DE NEGRI e SQUEFF (2013) e SANT'ANNA e AMBROZIO (2012). Estes estudos adotam esta forma de mensuração e mostram que a referida heterogeneidade também se manifesta nas fortes discrepâncias nas taxas de variação da produtividade setorial ao longo dos anos 2000.

⁶ Ver CEPAL, 2010: 19.

⁷ IBGE, PIB Municipal.

Tabela 1**Valor adicionado bruto e ocupações segundo o setor de atividade
Brasil - 2009**

Setores de atividade	Valor Adicionado Bruto (VAB)		População Ocupada (PO)		VAB / PO	
	R\$ milhões	%	número	%	R\$	proporção do Total
Total	2.794.379	100,0	96.647.139	100,0	28.913	1,0
Serviços	1.887.448	67,5	60.019.500	62,1	31.447	1,1
Indústria	749.699	26,8	19.849.814	20,5	37.769	1,3
Agropecuária	157.232	5,6	16.777.825	17,4	9.371	0,3
Refino de petróleo e coque	31.214	1,1	24.214	0,0	1.289.089	44,6
Petróleo e gás natural	29.537	1,1	63.803	0,1	462.941	16,0
Minério de ferro	14.551	0,5	36.317	0,0	400.666	13,9
Atividades imobiliárias e aluguéis	233.757	8,4	661.130	0,7	353.572	12,2
Intermediação financeira, seguros e previdência	202.216	7,2	961.579	1,0	210.296	7,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, Cimento	86.587	3,1	412.478	0,4	209.919	7,3
Fabricação de aço e derivados	3.502	0,1	17.549	0,0	199.556	6,9
Produtos farmacêuticos	22.473	0,8	122.349	0,1	183.679	6,4
Caminhões e ônibus	19.088	0,7	117.460	0,1	162.506	5,6
Produtos químicos	3.417	0,1	23.956	0,0	142.637	4,9
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	12.830	0,5	97.684	0,1	131.342	4,5
Defensivos agrícolas	4.658	0,2	35.786	0,0	130.163	4,5
Automóveis, camionetas e utilitários	3.023	0,1	23.812	0,0	126.953	4,4
Produtos do fumo	10.482	0,4	89.225	0,1	117.478	4,1
Fabricação de resina e elastômeros	2.444	0,1	21.004	0,0	116.359	4,0
Perfumaria, higiene e limpeza	2.953	0,1	26.540	0,0	111.266	3,8
Outros equipamentos de transporte	8.601	0,3	114.745	0,1	74.958	2,6
Alcool	8.238	0,3	114.838	0,1	71.736	2,5
Metalurgia de metais não-ferrosos	7.432	0,3	110.415	0,1	67.310	2,3
Eletrodomésticos	8.294	0,3	123.766	0,1	67.014	2,3
Celulose e produtos de papel	3.669	0,1	55.904	0,1	65.630	2,3
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e	13.237	0,5	204.531	0,2	64.719	2,2
Máquinas para escritório e equipamentos de	8.449	0,3	133.540	0,1	63.269	2,2
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	3.341	0,1	54.134	0,1	61.717	2,1
Peças e acessórios para veículos automotores	4.985	0,2	88.531	0,1	56.308	1,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	18.936	0,7	337.182	0,3	56.160	1,9
Serviços de informação	13.777	0,5	248.588	0,3	55.421	1,9
Administração pública e seguridade social	99.741	3,6	1.822.993	1,9	54.713	1,9
Produtos e preparados químicos diversos	285.763	10,2	5.280.248	5,5	54.119	1,9
Jornais, revistas, discos	4.156	0,1	80.829	0,1	51.417	1,8
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e	19.893	0,7	394.617	0,4	50.411	1,7
Artigos de borracha e plástico	26.688	1,0	561.305	0,6	47.546	1,6
Saúde pública	19.332	0,7	422.546	0,4	45.751	1,6
Produtos de metal - exclusive máquinas e	58.621	2,1	1.404.439	1,5	41.740	1,4
Outros da indústria extrativa	29.321	1,0	791.058	0,8	37.066	1,3
Transporte, armazenagem e correio	6.977	0,2	196.078	0,2	35.583	1,2
Saúde mercantil	134.232	4,8	3.960.744	4,1	33.891	1,2
Educação pública	55.017	2,0	1.853.823	1,9	29.678	1,0
Alimentos e bebidas	112.042	4,0	3.959.191	4,1	28.299	1,0
Serviços prestados às empresas	66.733	2,4	2.395.890	2,5	27.853	1,0
Outros produtos de minerais não-metálicos	139.004	5,0	5.279.388	5,5	26.330	0,9
Comércio	15.545	0,6	593.848	0,6	26.177	0,9
Educação mercantil	349.061	12,5	15.927.938	16,5	21.915	0,8
Construção Civil	32.544	1,2	1.487.991	1,5	21.871	0,8
Móveis e produtos das indústrias diversas	146.783	5,3	6.885.353	7,1	21.318	0,7
Produtos de madeira - exclusive móveis	19.113	0,7	909.603	0,9	21.012	0,7
Têxteis	7.908	0,3	459.531	0,5	17.209	0,6
Serviços de manutenção e reparação	15.339	0,5	923.542	1,0	16.609	0,6
Serviços prestados às famílias e associativas	29.076	1,0	2.011.190	2,1	14.457	0,5
Serviços de alojamento e alimentação	64.266	2,3	4.494.399	4,7	14.299	0,5
Artefatos de couro e calçados	54.407	1,9	3.834.526	4,0	14.189	0,5
Pecuária e pesca	8.456	0,3	621.401	0,6	13.608	0,5
Artigos do vestuário e acessórios	50.735	1,8	5.048.454	5,2	10.050	0,3
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	17.737	0,6	1.915.862	2,0	9.258	0,3
Serviços domésticos	106.497	3,8	11.729.371	12,1	9.080	0,3
	37.701	1,3	7.079.921	7,3	5.325	0,2

Fonte: IBGE. Contas Nacionais.

Portanto, é forçoso dizer que qualquer esforço de elevação do PIB *per capita* deve objetivar, também, a redução das heterogeneidades na estrutura

econômica de sorte a permitir uma elevação importante na capacidade de geração de valor não apenas em alguns setores eleitos, mas sim do sistema econômico, no seu todo.

Tabela 2
PIB *per capita* a preços correntes
Brasil e Unidades da Federação - 2009

UF	PIB per capita	
	R\$	proporção do Total Geral
Distrito Federal	50.438	2,98
São Paulo	26.202	1,55
Rio de Janeiro	22.103	1,31
Santa Catarina	21.215	1,25
Rio Grande do	19.778	1,17
Espírito Santo	19.145	1,13
Mato Grosso	19.087	1,13
Paraná	17.779	1,05
Mato Grosso do	15.407	0,91
Amazonas	14.621	0,86
Goiás	14.447	0,85
Minas Gerais	14.329	0,85
Rondônia	13.456	0,80
Roraima	13.270	0,78
Amapá	11.817	0,70
Tocantins	11.278	0,67
Acre	10.687	0,63
Sergipe	9.787	0,58
Bahia	9.365	0,55
Pernambuco	8.902	0,53
Rio Grande do	8.894	0,53
Pará	7.859	0,46
Ceará	7.687	0,45
Paraíba	7.618	0,45
Alagoas	6.728	0,40
Maranhão	6.259	0,37
Piauí	6.051	0,36
Total Geral	16.918	1,00

Fonte: IBGE. PIB Municipal

Contudo, permanece a questão: como fazê-lo? Conforme mencionado anteriormente, o país já foi capaz de crescer fortemente e por um longo período. Nas décadas de 1950 a 70, apesar das possíveis ressalvas a se fazer a tal periodização, viveu-se um contexto interno e externo bastante diferenciado, que não se vislumbra no momento atual. Isto é, do ponto de vista político, felizmente, vive-se um ambiente de democracia em que não é viável (e obviamente, não é desejável) replicar ideias do tipo “fazer o bolo crescer para depois distribuir”, como também não se mostra plausível a promoção de uma

autarquização econômica aos moldes da “substituição de importações”. No que tange ao contexto econômico, não se pode esperar os efeitos benéficos à alta da produtividade, decorrentes das mudanças estruturais associadas à recomposição do produto ocorrida com a urbanização / industrialização. Além disso, tal período foi caracterizado, em termos gerais, por um elevado e prolongado crescimento econômico dos países centrais, formando um ambiente externo bastante favorável.

Por sua vez, o fracasso econômico e social dos anos 1990, em que se buscou adotar uma nova estratégia, baseada na abertura econômica e na chamada “integração competitiva”, com a crença de que se daria um “choque de produtividade” na economia do país por meio de maior exposição à concorrência, tampouco inspira uma tentativa de resposta à questão formulada. Por sua vez, a trajetória percorrida nos anos 2000, anos que indiscutivelmente foram palco de melhoras substantivas nos indicadores econômicos e sociais, pode estar aproximando-se de um limite e não ser passível de replicação para os próximos quinze anos.

No que se refere ao mercado de trabalho, embora seja bastante discutível a hipótese do atingimento do pleno-emprego, considerando-se a taxa de participação, especialmente da força de trabalho feminina, o desemprego ainda existente, principalmente o oculto pelo desalento ou pelo trabalho precário, a expressiva informalidade e sua forte associação com atividades menos produtivas, não é razoável pretender basear, fundamentalmente, o crescimento econômico num aumento substantivo do nível de ocupação. Nos anos 2000, tal expansão do nível de ocupação parece ter desempenhado papel relevante na sustentação do crescimento econômico⁸. E, apesar do baixo nível de produtividade, a geração de milhões de empregos no comércio, na construção civil, dentre outros setores foi muito importante do ponto de vista da redução do desemprego, da distribuição da renda, da redução da informalidade e do conseqüente fortalecimento do ator sindical.

A seu turno, o contexto internacional vivenciado nos anos 2000, até fins de 2008, momento a partir do qual eclodiu a crise financeira internacional, foi um

⁸ E esse respeito, ver DE NEGRI e CAVALCANTE, 2013.

contexto em que houve considerável mudança nos termos de troca, em favor dos países exportadores de produtos primários. Isso lhes permitiu obter a margem de manobra necessária para a gestão de suas contas externas, de modo a assegurar a elevação do crescimento econômico sem o estrangulamento que seria provocado pela decorrente elevação das importações. Apesar dos sinais cada vez mais fortes de que o pior da crise já teria ficado para trás, é pouco provável que o contexto descrito se repita. Atualmente, muito pelo contrário, houve piora na cotação internacional das *commodities* e, o que é mais relevante, acirrou-se drasticamente a competição por mercados, dentre eles o brasileiro, por parte dos países centrais, exatamente aqueles mais duramente castigados pela crise.

Assim, mesmo num cenário de sustentação dos preços das *commodities* relevantes para a pauta exportadora do país, deve-se ressaltar que a indústria de transformação nacional enfraqueceu-se neste período, apesar de toda a expansão econômica observada e da ampliação significativa de nosso mercado interno. A ampliação de nossa demanda agregada foi crescentemente atendida por importações e, na melhor das hipóteses, ou seja, naquela em que as cotações das *commodities* impediriam uma crise futura do nosso balanço de pagamentos no período em análise, a prevalecer o padrão da década de 2000, estaríamos promovendo uma reespecialização econômica em torno da extração / produção de produtos primários.

Portanto, que mudanças se devem operar de maneira que se viabilize a ampliação significativa da renda e uma distribuição mais equitativa do produto social? Obviamente, é condição necessária uma política macroeconômica que favoreça o crescimento. É preciso assegurar maior previsibilidade quanto ao comportamento da demanda agregada e maior atratividade que permitam o cálculo econômico e estimulem o investimento produtivo. São elementos-chave, desta forma, uma taxa de câmbio em patamares mais competitivos e menos volátil; uma taxa de juros real próxima à média internacional e compatível com a implementação de projetos de longo prazo e desestimuladora do rentismo. *Politicamente*, a redução das desigualdades têm mais chances de prosperar num ambiente macroeconômico mais favorável.

Ainda assim, não se pode esperar que a política macroeconômica favorável vá, por si mesma, assegurar a duplicação do PIB *per capita* no horizonte de tempo pretendido. O enfrentamento do desafio de elevar significativamente a capacidade de agregação de valor pelas firmas, em geral, não passa apenas por um ambiente macro apropriado. Crescer apenas, sem aumentar a capacidade de competir, pode levar ao transbordamento de nossa demanda para outros países. Nestas circunstâncias, corre-se o risco de acirrar a heterogeneidade produtiva, promovendo a elevação da produtividade em poucos setores, notadamente aqueles voltados à exportação de produtos primários, setores tipicamente capital intensivos e que pouco difundem o progresso técnico⁹, o que não constitui base adequada à redução pretendida das desigualdades.

A elevação da produtividade, no contexto atual, deve fundar-se na habilidade de inovar tecnologicamente de forma contínua. O Brasil deve ser capaz de, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças de produtividade frente aos seus competidores no âmbito internacional, para reposicionar-se na divisão internacional do trabalho, aumentando a participação do emprego nos setores mais dinâmicos, como também, ser capaz de reduzir acentuadamente as diferenças internas, sejam elas setoriais, regionais, segundo o tamanho das empresas etc., melhorando potencialmente a qualidade dos empregos, em geral.

Assim, para além de eleger setores com maior potencial de inovar, é preciso considerar sua capacidade de difundir tais inovações como, também, de encadear-se o mais amplamente possível com outros ramos de atividade econômica. Além disso, é preciso estimular a cultura da inovação de maneira mais ampla, o que requer uma atenção especial às pequenas e médias empresas, dada sua importância na geração do emprego. Lidar com esta questão é fundamental, sob pena de não conseguirmos um crescimento sustentável e forte e, em conseguindo, não atingirmos o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades.

⁹ CEPAL, 2010.

Mas os estímulos da política industrial devem ser acompanhados de um processo de qualificação empresarial. As firmas brasileiras devem mudar consideravelmente a sua relação com a inovação tecnológica. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e mesmo nas demais atividades inovativas são insuficientes¹⁰. As firmas, quando muito, adquirem tecnologias desenvolvidas externamente, através da aquisição de máquinas e equipamentos. Mas, ainda assim, são a menor parte e os valores investidos, em geral, pouco expressivos. Dentre os principais casos de exceção estão, sintomaticamente, as empresas pertencentes ao Estado, como Petrobras e Embrapa. Como regra geral, os postos de trabalho gerados têm baixíssimo conteúdo tecnológico, o que constitui um impedimento à geração de valor agregado em patamares elevados, independentemente do nível de qualificação profissional de seu ocupante. As empresas devem aprender a correr o risco de investir não só em ampliação de capacidade, mas em inovação.

A qualificação empresarial aqui aludida passa, também, por outra mudança, ainda mais relevante, de modo a viabilizar uma estratégia de crescimento com distribuição que seja baseada em ganhos progressivos de produtividade ancorados na inovação. Trata-se da necessidade de alterar o padrão de relações de trabalho vigente no país, de sorte a permitir a constituição de uma força de trabalho mais engajada e mais qualificada. A construção da reestruturação da economia, na direção da obtenção de maiores e contínuos ganhos de produtividade e da redução da lacuna existente entre os diversos setores, regiões, tipos de empresas etc., requer, para sua efetivação, outro padrão de relações que tenha como espinha dorsal a valorização do trabalho. Além de ser um requerimento de uma nova estrutura produtiva, é uma condição necessária para a pretendida redução das desigualdades. Este será o objeto da próxima seção.

¹⁰ A título de ilustração, segundo a PINTEC 2008, do total de empresas investigadas, apenas 38,6% promoveram a introdução de alguma inovação no biênio 2006-2008, período bastante favorável ao investimento, do ponto de vista macroeconômico.

O padrão de relação de trabalho no Brasil e o desenvolvimento

A obtenção de ganhos contínuos de produtividade e, com estes, do aumento da competitividade das empresas nacionais, em particular daquelas localizadas na indústria de transformação, não pode se constituir em objetivo que baste a si mesmo, como já mencionado. Tais resultados só interessam ao conjunto da sociedade se contribuírem para minorar as acentuadas desigualdades que a caracterizam.

Um exemplo, não tão hipotético, de risco associado à introdução da inovação desvinculada da regulação social adequada pode ser dado pela suposição de uma empresa com atuação em escala mundial, que seria das mais conceituadas quando o assunto é tecnologia. Assuma-se que tal empresa figura em qualquer enquete sobre as dez mais inovadoras; e tem uma trajetória invejada de sucessivos bons resultados, do ponto de vista do valor que agrega, exatamente por uma estratégia agressiva de introdução quase contínua de novos produtos.

Entretanto, por trás da imagem difundida desta empresa fictícia, de sinônimo de modernidade, há sérios problemas relacionados às condições de trabalho presentes na empresa terceira, localizada num país do sudeste asiático, que de fato fabrica os aparelhos objeto de desejo em nível internacional. Há, ainda, problemas relacionados ao baixíssimo nível de contribuição fiscal, devido ao planejamento tributário adotado pela firma, que a faz localizar formalmente seus negócios em paraísos fiscais. Assim, gera poucos excelentes empregos em seu país de origem, muitíssimos péssimos empregos em outro país e não paga impostos em montante correspondente ao que era de se esperar dada a renda gerada.

O alerta que fica é: o fato de uma firma não só utilizar, mas desenvolver tecnologia de ponta e agregar muito valor em suas atividades não significa que vá empregar e remunerar de maneira correspondente. O lucro extraordinário obtido com a inovação pode ser quase que integralmente apropriado pelos donos do negócio. É preciso regulação estatal e sindical adequadas para levar ao compartilhamento dos resultados obtidos.

É importante a advertência, na medida em que são crescentes os estímulos governamentais, através das políticas industriais, para o desenvolvimento de um sistema nacional de inovações bem como de uma cultura empresarial de inovações. A legitimidade na aplicação de recursos crescentes, em muitos casos, a fundo perdido, bem como uma política direcionada de compras governamentais, entre diversas outras iniciativas, só pode estar assentada, em última instância, nos benefícios que vão proporcionar ao conjunto da sociedade. A perspectiva deve ser a da construção de uma sociedade desenvolvida material e socialmente.

Sob esta ótica, os indicadores que atualmente caracterizam o mercado de trabalho brasileiro não autorizam a elaboração de projeções otimistas. Não se discute o fato de que houve melhoras importantes na maioria dos indicadores de desempenho do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000. Diversos estudos e pesquisas elaboradas pelo próprio DIEESE têm atestado o fato de que houve redução do desemprego, aumento da ocupação, aumento da formalização, aumento do assalariamento, redução do tempo médio de duração do desemprego, aumento da renda real e da massa de salários, redução da desigualdade, dentre outras alterações positivas¹¹.

Tabela 3
Ocupados segundo posição na ocupação
Brasil - 2011. Em milhões

Posição na ocupação	número	%
Empregados - com carteira de trabalho assinada	36.233	38,8
Militares e estatutários	6.691	7,2
Empregados sem carteira de trabalho assinada	14.016	15,0
Trabalhadores domésticos	6.653	7,1
Conta própria	19.665	21,0
Empregadores	3.176	3,4
Trabalhadores na construção para o próprio uso	108	0,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3.753	4,0
Não remunerados	3.200	3,4
Total	93.495	100,0

Fonte: IBGE. PNAD

No entanto, há uma extensa jornada à frente. Conforme a Tabela 3, existe uma grande quantidade de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho de forma precária, para além dos desempregados e inativos que poderiam vir a se

¹¹ Ver, por exemplo, DIEESE, 2012.

tornar economicamente ocupados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em setembro de 2011 havia 14,0 milhões (15,0% dos ocupados) trabalhadores assalariados sem carteira assinada, isto é, sem a proteção social que a mesma assegura. Outros 6,7 milhões (7,1%) de trabalhadoras, majoritariamente, ocupadas em empregos domésticos e 19,7 milhões (21,0%), como trabalhadores por conta-própria – na sua maioria, em postos de trabalho que proveem reduzida remuneração e, também, sem a cobertura da previdência social. Isso para não mencionar os trabalhadores que se ocupam na produção / construção para seu próprio consumo / uso e os trabalhadores não remunerados. São enormes contingentes de trabalhadores que vivem em condições de insegurança, quanto à ocupação, à renda, à saúde no trabalho, à aposentadoria etc.

Contudo, devido ao propósito central deste texto, qual seja, chamar a atenção para a incompatibilidade entre o padrão de relações de trabalho que vigora atualmente e a construção de uma sociedade substantivamente menos desigual, lastreada numa economia mais pujante, é mais relevante deitar um olhar sobre as características dos empregos formais ofertados. Para tanto, serão utilizadas as informações mais recentes da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do MTE.

Tabela 4
10 Ocupações mais frequentes no mercado formal
Brasil - 2011

Famílias Ocupacionais	%
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	9,8
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	7,0
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	2,9
Ajudantes de obras civis	2,2
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e lograd.	2,1
Alimentadores de linhas de produção	2,0
Porteiros, guardas e vigias	1,9
Motoristas de veículos de cargas em geral	1,9
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	1,7
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)	1,7
Soma	33,2

Fonte: MTE. RAIS

De acordo com a RAIS 2011, havia no país 46,3 milhões de empregos formais, em 31 de dezembro de 2011. Conforme se depreende da Tabela 4, dentre as dez famílias ocupacionais mais frequentes (num universo de 597), que representavam a terça parte do total, apenas a família ocupacional de *Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)* poderia ser classificada como demandante de um nível de qualificação mais elevada. E, do conjunto de 46,3 milhões de empregos formais, 71,8% remuneravam seus ocupantes em valores correspondentes a até 3,0 salários mínimos, sendo mais da metade, a até 2,0 salários mínimos (Tabela 5). Se parte da explicação para este quadro pode ser encontrada no próprio baixo potencial gerador de valor dos postos de trabalho, parte certamente está relacionada à institucionalidade que organiza tal mercado de trabalho. E essas duas dimensões se retroalimentam.

Tabela 5
Remuneração média no mercado formal
Brasil - 2011

Faixa de Remuneração Média (salários mínimos)	%
Até 2,00	53,8
2,01 a 3,00	18,0
3,01 a 4,00	8,4
4,01 a 5,00	4,8
5,01 a 7,00	5,3
7,01 a 10,00	3,5
10,01 a 15,00	2,4
15,01 a 20,00	1,0
Mais de 20,00	1,3
ignorado	1,4
Total	100,0

Fonte: MTE. RAIS

Estes números são eloquentes, mas talvez o mais forte sintoma de que há um problema no padrão de relações de trabalho predominante no Brasil é revelado pelos dados sobre a duração dos vínculos de emprego e sobre a rotatividade no trabalho. Segundo a mesma fonte, em 2011, foram admitidos 26,9 milhões de trabalhadores e desligados 24,7 milhões¹². O saldo positivo de 2,2 milhões significa que para cada emprego novo criado e remanescente ao final do ano,

¹² A referência é a vínculos de emprego, não necessariamente a trabalhadores distintos.

foram realizadas cerca de doze admissões (Tabela 6). Além de ser uma manifestação da enorme flexibilidade para se contratar e desligar, dado que estes números relativos a 2011 estão longe de se apresentarem como exceção, os mesmos revelam um modo de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. As firmas, em média, para cada posto de trabalho criado e mantido, realizam inúmeras contratações e outras tantas demissões¹³.

Tabela 6
Movimentação no mercado formal
Brasil - 2011

Admissões	26.902.770
Desligamentos	24.660.494
Saldo	2.242.276
Total de vínculos ao final do período	46.310.631
Admissões / saldo	12,00
Desligamentos / total de vínculos	0,53

Fonte: MTE. RAIS

Resulta deste padrão que o tempo de duração dos vínculos de trabalho é muito curto. Conforme a Tabela 7, vê-se que em média os vínculos tinham, em 2011, tão somente 4,9 anos de duração; 35,1% tinham menos de um ano de duração; 51,4% até dois anos; e, no outro extremo, apenas 27,6% dos empregos duravam cinco anos ou mais. Segundo o DIEESE (2011), mesmo considerando apenas os desligamentos por iniciativa do empregador, a taxa de rotatividade atingia em média 37,3% dos postos de trabalho formais em 2010. Vale frisar: não se trata de situação excepcional e sim de um modo de funcionamento.

¹³ Para maiores informações, ver DIEESE (2011).

Tabela 7
Tempo de emprego no mercado formal
Brasil - 2011

Faixa de Tempo de Emprego	%
Até 11,9 meses	35,1
12,0 a 23,9 meses	16,3
24,0 a 35,9 meses	9,4
36,0 a 59,9 meses	11,5
60,0 a 119,9 meses	12,3
120,0 meses ou mais	15,3
Total	100,0
Tempo médio (anos)	4,9

Fonte: MTE. RAIS

Do ponto de vista dos trabalhadores atingidos por esta movimentação, esse padrão leva a um acúmulo de dificuldades, que vão se acentuando ao longo de sua vida laboral. Por exemplo, são crescentes as limitações ao seu desenvolvimento profissional e à construção de uma carreira, são grandes as dificuldades para acumular o tempo de contribuição necessário à aposentadoria, são várias as consequências negativas em decorrência da instabilidade de renda para si e sua família associadas à rotatividade etc.

Do ponto de vista do Estado (e da sociedade), este padrão também tem uma série de consequências negativas, na medida em que impacta negativamente os fundos públicos relacionados à previdência social, à proteção ao desempregado, enfraquece as políticas de formação profissional, de intermediação de mão de obra, dentre tantos outros aspectos nocivos.

Assim, como compatibilizar este padrão de relações de trabalho com a qualificação profissional? No caso da qualificação obtida com treinamento específico, na firma, a contradição é direta; mas, mesmo no caso da qualificação de ordem mais geral, que estímulos o trabalhador teria para buscar obtê-la, se a perspectiva é ficar num eterno “entra e sai”? Como compatibilizar esse padrão com a obtenção contínua de ganhos de produtividade? Como compatibilizar esse padrão com a redução das desigualdades? Não é possível contornar este debate: afinal, como promover a duplicação do PIB *per capita* e a redução das desigualdades sociais sem a promoção simultânea do status do trabalho no país? Se opção for, mais uma vez, pela “modernização

conservadora”, a exemplo da empresa fictícia aqui enunciada, não há como funcionar.

Embora se possa admitir, numa economia cada vez mais internacionalizada, a importância de alguma flexibilidade no aparelho produtivo, em razão da necessidade de adaptação aos frequentes impactos provocados por modificações nas condições de demanda e oferta, não é razoável nem aceitável tomá-la como a necessidade de estabelecer relações de trabalho cada vez mais precárias. Seria uma forma de “flexibilidade espúria”, conforme o enunciado de Prochnik (1991).

Nestes termos, cabe a crítica a propostas que advogam, por exemplo, a supressão de uma série de direitos trabalhistas ou a transferência da prerrogativa de negociação das entidades sindicais aos trabalhadores individuais em relação a vários aspectos da relação de trabalho¹⁴.

E ainda mais relevante, devido à sua premência, na medida em que trata-se de um processo de mudança legislativa em estágio já avançado no Congresso Nacional, cabe a crítica à defesa da aprovação do PL 4.330, que dá cobertura legal à terceirização potencial de todas as atividades da empresa contratante. Há aqui uma contradição flagrante entre o propósito de avançar na produtividade do trabalho que alavanca a agregação de valor, uma vez que a precarização das relações de trabalho solapa a possibilidade de formação e desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada e aplicada.

Tal estratégia pode, sem dúvida, promover alguns “ganhos” de curto prazo, mas tem seu limite econômico, como fonte de ganhos adicionais, muito próximo. Tais mudanças, se levadas a cabo, são incompatíveis com a construção de uma economia de alto valor agregado e com a promoção de mais igualdade social.

¹⁴ Ver, por exemplo, CNI (2012).

Considerações finais ou Diretrizes para repartir e dobrar

O objetivo de dobrar a renda média, distribuindo-a de forma equitativa, diante dos obstáculos indicados anteriormente é um desafio-meta ousado. Mas pode ser um desafio-meta que coloca uma nação em movimento. Como?

Uma diretriz, entre outras, que consideramos essencial para o sucesso de estratégias de incremento do crescimento capazes de dobrar a renda média com distribuição equitativa exigirá, como requisito econômico, o envolvimento dos trabalhadores como produtor e beneficiário e, como requisito político, a constituição de sujeitos coletivos e de instituições capazes de articular sentidos e significados às ações de incremento e distribuição da produtividade.

A produtividade requerida – sim, estamos de acordo com o requisito do incremento da produtividade – será alcançada pela interação entre ciência, tecnologia e inovação aplicada em cada contexto e processo pelo trabalho de sujeitos concretos que, em situações concretas, promoverão a agregação de valor, o padrão de qualidade e a expansão da quantidade.

O investimento público e privado capaz de mobilizar a força de trabalho que gerará a riqueza, em cada contexto territorial específico, deve intencionalmente ser acompanhado do fortalecimento, criação e envolvimento de sujeitos coletivos capazes de animar circuitos econômicos locais de produção e distribuição, articulados em cadeias de agregação de valor nacionais e internacionais. Cabe ao Estado, por meio dos governos e instituições, e à sociedade, por meio de suas organizações – sindicatos, associações e partidos - animar conexões que ressignifiquem o pensamento local e nacional de investimento e desenvolvimento, bem como promover e ampliar espaços públicos de debate sobre as estratégias de desenvolvimento. É fundamental debater publicamente as escolhas, os resultados que se quer alcançar, as metas, avaliar o alcançado a cada momento e corrigir erros. A construção do sentido de coletivo deve animar a democracia e, esta, sustentar o debate público sobre escolhas e resultados.

A base dessa estratégia considera que essa possibilidade será alcançada se formos capazes de dar qualidade política às escolhas econômicas, bem como

se houver capacidade de pactuação relacionada aos investimentos, à mobilização da força de trabalho necessária – quantidade e qualidade – e aos resultados a serem alcançados. Ao mesmo tempo, as condições de partida devem estar articuladas com os elementos de chegada, ou seja, o resultado será alcançado se a igualdade fizer parte da condição de partida. Algumas das condições de partida são as apostas no investimento geral em educação, em infraestrutura produtiva e social – inclusive pelo caráter que tem de ampliar e sustentar a demanda e animar o investimento -, nos sistemas de proteção universais – saúde, assistência e previdência - e, ao mesmo tempo, no fortalecimento de representação coletiva capaz de pactuar, desde o local, a solução dos conflitos que emergem em cada nível.

No espaço do trabalho e da produção de bens e serviços, há que se fortalecer mecanismos de solução de conflito desde o local de trabalho, com organização sindical capaz de fazê-lo a partir da negociação e pactuação em cada contexto. Esse esforço deve favorecer olhares para setores e cadeias produtivas que sejam capazes de imaginar os circuitos de agregação de valor e da sua distribuição. Nacionalmente, há que se promover acordos macro capazes de orientar os investimentos estratégicos que promovam a homogeneização e disponibilização dos fatores essenciais, base para a produção e a distribuição.

Aqui, consideramos que além da educação como valor universal, será fundamental definirmos metas para o incremento do salário mínimo, da formalização, da redução da rotatividade, da proteção social durante e pós vida laboral, das condições de moradia (habitação e saneamento), de saúde e de mobilidade.

Há que se investir nos territórios – local e situação concreta - na formulação de estratégias econômicas associadas ao desenvolvimento social e cultural, considerando-se inclusive que essa é uma das diretrizes estruturantes do investimento em educação e condição para a percepção de um pensamento nacional. É fundamental, pelo tamanho do país, investir para articular o local com o nacional. Nesse aspecto, há que se ressignificar e revalorizar a produção cultural, o esporte e o convívio social como bem coletivo e público, capazes de animar estratégias econômicas de produção econômica local e de

promoção de bem estar e qualidade de vida, necessários para reequilibrar valores de produção material e cultural/social em cada contexto.

Quem faz tudo isso? Sujeitos e, na democracia, sujeitos coletivos, legítimos e representativos, capazes de mobilizar a sociedade e colocá-la em movimento. Por isso, a constituição permanente dos sujeitos coletivos em todas suas dimensões é parte essencial da estratégia de desenvolvimento, apoiando-se intencionalmente os sujeitos coletivos capazes de mobilizar e envolver as pessoas em cada contexto concreto com metas e estratégias de produção econômica, social e cultural e, ao mesmo tempo, com metas e estratégias de distribuição da riqueza econômica, social e cultural gerada.

A hipótese considera que uma sociedade de 200 milhões de pessoas, com alto padrão de desigualdade é uma situação a ser transformada – superar a iniquidade da desigualdade –, e, ao mesmo tempo, um ativo-oportunidade de mudança se considerada a capacidade econômica que essa sociedade tem, ao distribuir o produto gerado, de sustentar e ampliar a demanda pelo incremento do emprego e da renda¹⁵. Distribuir, neste contexto histórico concreto é, além de objetivo político, uma estratégia inteligente de constituir demanda e, ao mesmo tempo, animar a produção para acessar seus resultados. Nesse sentido, abre-se espaço para novas pactuações transformadoras.

O tamanho do território, a diversidade das riquezas e dos recursos naturais e o padrão de desenvolvimento material já alcançado indicam ser adequada e necessária uma estratégia que sustente a nossa inteligente reindustrialização, seja ampliando a capacidade de produção alimentar e seus insumos, de biofármacos, bem como a base que sustente com componentes nacionais a ampliação da infraestrutura social e produtiva, a indústria de manufaturados, de petróleo e gás, transporte coletivo, entre outros. Os efeitos do desenvolvimento industrial devem vazar para o incremento da produtividade do diverso setor de serviços, bem como para o incremento da enorme capacidade e diversidade do

¹⁵ Em seu último relatório sobre comércio e desenvolvimento, a UNCTAD (2013:) conclui, entre outras coisas, que a estratégia de crescimento sustentado por exportações de manufaturados com base em baixos salários e estímulos fiscais, adotada nos últimos anos por vários países em desenvolvimento, está alcançando seu limite. E que, frente às perspectivas negativas das economias desenvolvidas, é necessária uma reorientação estratégica, no sentido de basear o crescimento na ampliação da demanda interna, através da elevação do poder de compra da população.

setor de turismo; para as inúmeras possibilidades de expressões culturais em todas as esferas das artes; das atividades esportivas capazes de vocacionar a juventude e integrá-la com horizontes sociais coletivos. A produtividade, em sentido amplo, deve ser instrumento para o viver bem.

A produtividade industrial almejada ultrapassa a produção material. Há que se observar o desafio de conceber-se uma produção material cuja produtividade seja capaz de contextualizar, nos processos e resultados, os limites impostos pelo exacerbado desequilíbrio ambiental a que chegou a humanidade. Há que se construir a noção dos limites da produção material, impondo severas restrições e, ao mesmo tempo, inventar um modo de viver bem. Temos esse desafio e a oportunidade, pelas características do país, pelos ativos ambientais, materiais e culturais que aqui existem, de construir novas respostas que interessam ao mundo, da relação entre crescimento econômico e equilíbrio ambiental.

A hipótese prospectiva de estratégias de desenvolvimento considera que a competitividade, como valor e sentido às relações sociais, é causa de inúmeros males que afligem a humanidade, e uma das fontes do individualismo e consumismo exacerbados. A competitividade justifica a guerra, o ódio, a disputa, um ser contra o outro. Não há projeto coletivo nesse ambiente e contexto! Nossa hipótese afirmativa concebe que nossa estratégia de desenvolvimento deve estar sustentada pela aposta de que a cooperação é o modo de constituir relações para desenvolver projetos, porque parte de outros valores e constitui novos sentidos e significados às relações sociais e econômicas. A cooperação concebe que um projeto é necessariamente fruto e resultado da relação com o outro, diverso e diferente. O desafio é criar sujeitos vocacionados para promover transformações com base na cooperação, para a qual uma humanidade diversa e diferente seja a base para uma humanidade socialmente igual.

Antes de concluir, cabe indicar a necessidade de se conceber processos tributários que, além de sustentar o investimento em sentido amplo, sejam capazes de proteger universalmente a vida e as pessoas, distribuindo a riqueza gerada pela oferta de bens e serviços coletivos, colocando limites à riqueza

individual e à sua acumulação. Aqui, o efeito sobre a renda média poderá ser o de reduzir o custo de vida individual e elevar a qualidade de vida pelo acesso aos bens e serviços públicos de qualidade. Com isso, talvez, não seja necessário dobrar a renda para se viver bem e melhor, com menos bens materiais e com maior qualidade de vida.

Referências bibliográficas

AMBROZIO, A. M. P. e SOUSA, F. L. Visão do Desenvolvimento. N.102. Rio de Janeiro: BNDES, 2012

CEPAL. La hora de la igualdad. Brechas por cerrar, caminos por abrir. Síntesis. Santiago: CEPAL, 2010

CNI. 101 propostas para a.+ modernização trabalhista. Brasília: CNI, 2012

DE NEGRI, F. e SQUEFF, G.C. Produtividade do Trabalho e Rigidez Estrutural no Brasil nos Anos 2000. Radar n.28. Brasília: IPEA, 2013

DE NEGRI, F. e CAVALCANTE, L.R. Evolução Recente dos Indicadores de Produtividade no Brasil. Radar n.28. Brasília: IPEA, 2013

DIEESE. Agenda: para um projeto de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. DIEESE, CGTB, CUT, CTB, Força Sindical, NCST – São Paulo: DIEESE, 2010

----- Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2011

----- A Situação do Trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012

FIESP. Estratégia de potencial socioeconômico pleno para o Brasil. FIESP, 2013

IBGE. Sistema de Contas Nacionais

----- PIB Municipal

----- PNAD

----- Projeções de População, Revisão 2013

----- Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC 2008

MTE. RAIS 2011

PROCHNIK, V. Flexibilidade espúria: modernização técnica com desigualdade social na indústria brasileira de calçados. Texto Para Discussão nº 267. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991

SANT'ANNA, A. A. e AMBROZIO, A. M. P. Visão do Desenvolvimento. N.101. Rio de Janeiro: BNDES, 2012

UNCTAD. Trade and development report, 2013 – Overview. Geneva: UN, 2013